

A NOIVA DE FRANKENSTEIN: O ARQUÉTIPO FEMININO DO SÉCULO XVIII NA PERSONAGEM ELIZABETH LAVENZA

Gláucia Pereira dos Santos¹

RESUMO

A obra *Frankenstein, O Moderno Prometeu* (1818), da autora inglesa Mary Shelley, considerada a primeira narrativa de ficção científica no século XVIII, abriu debates sobre várias questões sociais do seu tempo, principalmente sobre as desigualdades sociais e de gênero. Assim sendo, este artigo apresentará a questão da condição feminina peculiar nesse período, através da conduta da personagem Elizabeth Lavenza.

PALAVRAS-CHAVE: *Frankenstein*. arquétipo feminino. Elizabeth Lavenza. século XVIII.

ABSTRACT

The masterpiece *Frankenstein, The Modern Prometheus* (1818), by the English author Mary Shelley, can be considered the first science fiction narrative of the Eighteenth century. It promoted debates about many social issues of its time, essentially about social and gender inequality. Therefore, this article seeks to show the question of the peculiar female condition at that time through the conduct of the character Elizabeth Lavenza.

KEY WORDS: *Frankenstein*. female archetype. Elizabeth Lavenza. Eighteenth century.

Introdução

A literatura romanesca do século XVIII revelou um contexto de grandes mudanças no comportamento do indivíduo, bem como sua perspectiva em relação ao mundo moderno. Sob influência do pensamento Iluminista, grandes revoluções (Industrial, Francesa e Americana) transformaram a razão humana em instrumento de poder, controle e liberdade, contrariando o modelo imposto pelo Cristianismo até então. Desse modo, o que antes era estabelecido pelo dogmatismo religioso, passa a ter na vontade humana sua deliberação. A nova perspectiva surgia como consequência das transformações políticas, filosóficas e, principalmente, tecnológicas que estavam em pleno desenvolvimento neste século. Tais mudanças, consideradas profundas e irreversíveis, proporcionaram avanços e descobertas que refletem na atualidade.

¹ Graduanda no curso de Letras Português/Inglês no Instituto Superior Anísio Teixeira (ISAT).

Assim como as narrativas representam os fatos de uma sociedade, é importante ressaltar que o papel do homem na sociedade inglesa do século XVIII tornou-se cada vez mais atuante e privilegiado, ao passo que o papel feminino sempre fora retratado como coadjuvante e supérfluo, uma revelação sobre o que estava ao alcance do homem e da mulher, trazendo à tona a discriminação e o desfavorecimento ao personagem feminino. Em sua maioria, as narrativas românticas atribuíam ao personagem masculino uma performance de liberdade e poder, enquanto o papel feminino, em todas as classes sociais, era desempenhado com base na submissão e na fragilidade, vista como um ser subordinado e inferior ao homem. Este arquétipo que fora atribuído às mulheres da época tornou-se um modelo literário comum do século XVIII.

A narrativa *Frankenstein, O Moderno Prometeu* (1818), da autora Mary Shelley, tem como protagonistas o jovem cientista Victor Frankenstein e sua criatura, e em torno deles a história se desenvolve e dá vida a outros personagens secundários, a maior parte, mulheres. Tais mulheres representam as classes sociais britânicas: a burguesia e o proletariado. No primeiro caso, temos Margaret Saville, burguesa, irmã do capitão Robert Walton, que não trabalha e passa o tempo respondendo as cartas do irmão. Este fato revela tanto o ócio quanto a alienação feminina da época. No segundo caso, a jovem Justine Moritz que, ao ficar órfã, vai trabalhar na residência dos Frankenstein, e após ser acusada injustamente de um assassinato, vai para a prisão e morre. No decorrer da narrativa, outras personagens femininas são apresentadas na história, como a própria mãe de Victor Frankenstein, Caroline Beaufort, que morre logo no início da trama, e sua prima irmã, Elizabeth Lavenza, que veio a ser sua noiva a pedido do seu pai. Assim sendo, para a delimitação do tema, a próxima seção apresentará alguns aspectos sociais que determinavam a conduta feminina na sociedade britânica da época.

O papel coadjuvante da mulher

Ao observar a participação dessas personagens na narrativa, alguns aspectos chamam à atenção do leitor: a ociosidade e alienação por parte da mulher burguesa; e a submissão e preconceitos vividos pela mulher de classe social desfavorecida. Outro aspecto importante é que todas sofrem algum tipo de anulação no desenvolvimento da narrativa, seja por morte ou desaparecimento, demonstrando a insignificância destas personagens. Sendo assim, os marcadores sociais que predominavam também serviam para delimitar e atribuir características discriminatórias às personagens femininas da escrita romântica do século XVIII. Nesse contexto, a obra de Shelley denuncia a falta do protagonismo feminino diante do modelo moral rígido imposto às mulheres e suas implicações para o seu desenvolvimento como indivíduo participante de uma sociedade.

O papel feminino era constituído de um fardo de subserviência e fragilidade. Mesmo navegando em uma sociedade moderna, com muitos desafios científicos e tecnológicos, a mulher não acompanhava esta evolução, pelo contrário, continuava impedida de expressar seus desejos e aspirações, vivendo como coadjuvante na dinâmica social. No entanto, o homem do contexto Iluminista desfrutava livremente dos avanços e oportunidades que o elevava intelectual e socialmente. Esta disparidade denunciou o desequilíbrio nas atribuições que cabiam a cada gênero, fazendo com que a mulher fosse vista como um ser incapaz de assumir tarefas fora do ambiente doméstico, dos filhos, do marido, dos empregados e, assim, delimitando completamente sua atuação social. A sociedade industrial da época determinava duas posições específicas para a mulher: aquela que pertencia à classe operária (indústria); e aquela que cumpria uma função representativa na sociedade (dona de casa), e que vivia à sombra do ócio e da alienação do seu tempo. Em ambos os casos, o papel feminino era desempenhado para a manutenção da desigualdade de gênero e fortalecimento do patriarcado.

No contexto da obra, é possível observar que a autora se dispõe a retratar as relações sociais femininas como um fator determinante para mostrar as desigualdades de gênero e classe social que permeavam a sociedade. Na narrativa de Shelley, a personagem Elizabeth Lavenza, inicialmente, não apresenta uma performance expressiva, pelo contrário, atua como uma coadjuvante do protagonista Victor Frankenstein, principalmente por ser aquela que lhe traz as notícias da família distante e se ocupa de cuidar de seu pai e de seus irmãos. Elizabeth representa a posição da mulher disponível para o cumprimento das tarefas domésticas, não cabendo a ela outro tipo de atribuição. Assim, como indivíduo, não contribuía de forma efetiva para outras atividades e relações sociais, mas revelava a posição de subalternidade e ociosidade da figura feminina de sua época.

De acordo com o desenvolvimento da história, o fato de a criatura ter confrontado e exigido uma companheira ao seu criador, estabeleceu uma reviravolta na trama, pois, a partir disso, Victor parte para um exílio de dois anos na Inglaterra, com o objetivo de criar a fêmea para sua criatura. Mas, após refletir sobre as possíveis consequências, o jovem decide não ir a frente com sua promessa, por acreditar que a criatura “teria uma companheira para ajudá-lo na tarefa de destruir” (SHELLEY, 2017, p.209). Ao pensar em quem poderia ser a próxima vítima da sua criação, Victor lembra de suas palavras “estarei contigo na tua noite de núpcias” (p.243), e logo lhe vem a lembrança de Elizabeth, sua amada noiva. Assim sendo, declarou “que não cairia diante do seu inimigo sem lutar intensamente” (p.243), dando início a uma caçada dupla na história, que culmina na morte dos protagonistas. Neste trabalho, especificamente, a

personagem Elizabeth Lavenza será o principal objeto de estudo por se tratar de um agente transformador da conduta do protagonista Victor Frankenstein para destruir sua criatura.

Elizabeth Lavenza

De origem italiana, Elizabeth Lavenza era filha da irmã de Alphonse Frankenstein, com um homem italiano. Após a morte de sua irmã, Alphonse recebeu uma carta de seu marido, informando-o sobre sua intenção de casar-se novamente, e queria que ele cuidasse da sobrinha como sua filha. Nesta carta, o pai de Elizabeth informava que a fortuna de sua mãe estava garantida para ela e que deixava os respectivos documentos. (p.53). Assim, o pai de Victor não hesitou em ir até a Itália para trazer a sobrinha para o seio de sua família. Sua beleza e seu caráter gentil e afetuoso contribuíram para seu acolhimento na residência dos Frankenstein. Com os laços afetivos estreitados, a mãe de Victor considerou Elizabeth como a futura esposa do filho. Os primos se tornaram companheiros e amigos, a afetuosidade e docilidade de Elizabeth fizeram com que ele a admirasse. Em seu leito de morte, Caroline Beaufort, pede à Elizabeth que tome o seu lugar e cuide dos seus primos menores, o que tornou a jovem responsável pelo cuidado e bem-estar de todos os membros da família.

Após a partida de Victor para Ingolstadt², Elizabeth passa a desempenhar suas atribuições domésticas, cuidando do tio e de seus primos menores, mas não deixando de se preocupar com seu primo distante. Ao longo dos seis anos em que Victor permanecera fora, Elizabeth manteve-se disposta e zelosa com o que a ela fora designado, mantendo Victor sempre informado, através de cartas, sobre tudo que acontecia no seio de sua família e de sua cidade natal, Genebra. Nesse período, alguns infortúnios, como a morte do pequeno William e a prisão da inocente Justine Moritz, causados pela criatura, desencadearam uma sobrecarga física e emocional. Elizabeth acreditava na inocência de Justine e temia pela sua condenação, o que veio a acontecer, deixando-a completamente infeliz. Sua afeição e generosidade são traços que representavam o perfil feminino da época. Mesmo após a confissão de culpa de Justine, Elizabeth manteve-se fiel e solidária à amiga.

Levante-se, minha pobre menina, disse Elizabeth, por que se ajoelha, se é inocente? Não sou um dos seus inimigos. Acreditava em sua inocência, apesar de todas as provas, até que soube que você confessou sua culpa. [...] Confessei sim, mas uma mentira. Confessei para ser absolvida [...] desde que fui

² Cidade alemã onde ficava localizada a Universidade de Ingolstadt, local em que Victor Frankenstein deu vida à sua criatura monstruosa. (SHELLEY, 2017, p.65).

condenada, meu confessor tem me assediado: ameaçava e intimidava até que quase comecei a pensar que eu era o monstro que dizia. [...] Mas não chore, minha cara menina; proclamarei sua inocência em todos os lugares e exigirei que acreditem. (SHELLEY, 2017, p.123-124).

Mesmo ciente de que sua amiga fora condenada à morte, Elizabeth sentiu-se aliviada pelo fato de Justine ser verdadeiramente inocente, e de que não traiu sua confiança. Aqui, é possível constatar sua preocupação com a retidão moral da jovem. Outro aspecto importante é sua preocupação em relação à reputação de Justine mesmo depois de sua morte. A injustiça sofrida por Justine, transformou a perspectiva de Elizabeth diante da essência humana, pois, “tornara-se séria e, com frequência falava da inconstância da sorte e da precariedade da vida humana” (p.133). Ao longo da narrativa, a jovem continuou a sustentar um caráter sensível e generoso, principalmente em seu relacionamento familiar, mas sem deixar que os fatos à sua volta passassem despercebidos. Pelo contrário, estava sempre atenta às necessidades e às emoções daqueles que amava. Havia nela uma consciência do sofrimento de Victor, suas aflições e angústias, mesmo não sabendo do que se tratava exatamente, sua medonha criação.

Diante da proximidade de seu casamento com Victor Frankenstein, Elizabeth, preocupada com a distância e aflições do primo, decide perguntá-lo sobre sua intenção de manter a promessa que fez aos seus pais, acreditava que a consumação do casamento poderia se tornar um fardo para Victor, por sentir-se obrigado a honrar tal compromisso. Diante dessa possibilidade, deixa claro que o mais importante não é sua própria felicidade, mas sim a dele. Enquanto para Victor o casamento com Elizabeth seria uma forma de amenizar sua angústia e sofrimento, para Elizabeth seria a consumação de um sonho, de um amor verdadeiro. Assim, para ela, o mais importante era que ele fosse feliz, mesmo às custas de sua infelicidade. O caráter submisso e compassivo da personagem demonstra o papel secundário da mulher, revelando sua fragilidade individual, bem como sua condição subalterna em relação ao homem.

Dessa forma, no cenário literário romanesco do século XVIII, as personagens femininas refletiam a tendência de comportamento e mentalidade completamente peculiares, bem como o perfil emocional, funcional e psicológico da mulher na sociedade. A notória desigualdade no cumprimento das regras sociais, morais e educação feminina serviu de inspiração para que muitas escritoras interpelassem sua condição humana e revelassem suas insatisfações através de narrativas, como a autora Mary Shelley.

A condição feminina no século XVIII

O contexto histórico da Revolução Francesa³ (1789-1799) desencadeou grandes conflitos de ideias e comportamentos no seio da sociedade europeia, principalmente na França e na Inglaterra. As convenções culturais e sociais que surgiram à luz do pensamento Iluminista, difundiam o uso da razão, da liberdade e do avanço científico, além de embates políticos e ideológicos se estabeleciam diante de novas perspectivas propostas pelos mais importantes intelectuais da época. Sendo assim, este trabalho apresenta, brevemente, dois filósofos que contribuíram substancialmente para determinar as normas de conduta da sociedade europeia, bem como a condição feminina que permaneceu como modelo aceitável naquele período: Edmund Burke (1729-1797), na Inglaterra, e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), na França.

Nascido na Irlanda, Edmund Burke mudou-se ainda jovem para Londres, onde começou o curso de Direito, mas não prosseguiu, optando pela carreira na literatura. Sua primeira obra *A Vindication of Natural Society* (1756) foi considerada uma crítica sobre a lógica do ateísmo. Em seguida, partiu para a escrita filosófica e escreveu *A Philosophical Enquiry into the Origin of our ideas of The Sublime and Beautiful* (1757), a obra chamou à atenção de outros filósofos da época por fazer uma analogia entre o belo e a estética, e o sublime e a destruição. Em 1790, Burke publicou *Reflections on the Revolution in France*, considerado um tratado sobre o conservadorismo em diversos aspectos sociais, como: favorecimento da monarquia, aristocracia, propriedade, sucessão hereditária e sabedoria das idades. Nesta obra, Burke criticou severamente os ideais da Revolução Francesa, e condenou os apoiadores que desejavam fazer algo parecido na Inglaterra, porém, também condenou os excessos da monarquia britânica, o que o tornou símbolo tanto dos conservadores quanto dos liberais.

Para o filósofo, a ideia de revolução consistia em degradação do tradicional, da decadência da ordem social estabelecida, ou seja, um processo sustentado pelo fanatismo e dogmatismo que tiraria a continuidade das leis e costumes sociais. Dessa forma, sua crítica ao movimento revolucionário que aconteceu na França deu início a um pensamento irracional que favoreceu o preconceito, a desigualdade social, e principalmente a desigualdade de gêneros. Além disso, na sua visão, a divisão social em classes e a desigualdade social correspondiam a

³ Período revolucionário inspirado principalmente pelos ideais iluministas, marcado por grandes mudanças políticas e sociais na França, que repercutiu amplamente em toda a Europa, principalmente na Inglaterra. A queda da monarquia absolutista, o enfraquecimento da Igreja Católica e o fim da aristocracia feudal foram algumas das consequências que fizeram desse período um marcador do fim do Antigo Regime e início da Era Moderna. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-francesa.htm>>. Acesso em: 26 ago, 2021.

um ordenamento natural e divino. Segundo Burke, a igualdade social era considerada um atentado à natureza. Assim como era inaceitável que as classes dominadas (burgueses) fossem responsáveis pelas mudanças políticas na França, contrapondo-se à hierarquia das classes.

Na visão conservadora do filósofo, o advento da Revolução Francesa seria uma forma de transgredir as normas já estabelecidas na sociedade, principalmente por ser pautada nas questões da liberdade e da igualdade. O mais intrigante nesse contexto era o fato de, mesmo diante de grandes mudanças, a condição da mulher continuava a ser designada como um ser frágil, sensível e incapaz de tomar suas próprias decisões, mantendo o estereótipo masculino como o ser que decide e determina todas as suas decisões, bem como sua participação em diferentes espaços, tanto o público quanto o privado. Ademais, a questão da polidez⁴ era um aspecto relevante para que a mulher tivesse êxito nas diversas áreas da sociedade, tendo suas boas maneiras constantemente observadas e avaliadas.

A natureza pública ou privada de qualquer local poderia também ser regulada para limitar ou aumentar sua acessibilidade e inclusão. [...] para isso, as mulheres eram lembradas de ser constantemente vigilantes e preparadas para serem observadas mesmo em seus próprios lares⁵. (YLIVUORI, 2019, p. 109, tradução nossa).

Nascido em Genebra, na Suíça, o filósofo e político Jean Jacques Rousseau foi considerado uma das figuras mais importantes do Iluminismo. Foi um dos grandes apoiadores da Revolução Francesa, condenou as estruturas absolutista e colonialista, e defendeu a reorganização da sociedade. Em Paris, começou seus estudos sobre a política, além de escrever diversas obras importantes, como *O Contrato Social* (1762), obra considerada utopia política, por propor um estado ideal, em que os direitos de todos os cidadãos são respeitados. Sua obra *Èmile* (1762), escrita em forma de romance, protagoniza uma criança que vive isolada da civilização e seu professor tenta preservar sua pureza, o que fez com a obra também fosse considerada uma utopia. A sua terceira obra mais importante *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), considerada uma denúncia contra os aguilhões, a subserviência e a impostura dos poderosos.

Embora Rousseau tenha sido conhecido como crítico da desigualdade e defensor da liberdade, quando se trata da desigualdade de gêneros, observa-se que, para o filósofo, a

⁴ Polidez era entendida como um código cultural usado para definir a classe normativa e o comportamento específico de gênero, gosto, aparência e identidade no século XVIII. (YLIVUORI, 2019, p.19).

⁵ No texto original: “The public or private nature of any social arena could also be regulated by limiting or increasing their availability and inclusiveness. [...] to this effect, women were reminded that they should be constantly vigilant and prepared to be watched even in their own homes.” (YLIVUORI, 2019, p.109).

condição feminina desfavorecida social e politicamente, não trazia preocupação ou importância a ponto de contrapor esta causa. Assim, a visão da família patriarcal e o papel secundário feminino, principalmente no que se referia a educação, eram constatadas também nas obras de Rousseau, que reproduziu a compreensão geral da sociedade do seu tempo. Uma das poucas vozes que confrontaram seu discurso idealista patriarcal foi a escritora feminista inglesa Mary Wollstonecraft ⁶(1759-1797), que em sua obra *A Vindication of the Rights of Woman* (1792) fez duras críticas ao seu discurso e defendeu efetivamente a igualdade de gêneros, a começar pela mudança na educação. A seguir, um trecho do discurso de Rousseau:

Quando considero a função peculiar de cada sexo, observo seus pendores ou penso em suas obrigações, tudo concorre do mesmo modo para apontar o método específico de educação que melhor se adapta a eles. A mulher e o homem foram feitos um para o outro, mas sua dependência mútua não é a mesma. Os homens dependem das mulheres somente por conta de seus desejos; as mulheres dependem dos homens em virtude tanto de seus desejos como de suas necessidades. Nós poderíamos viver melhor sem elas do que elas sem nós.

Por essa razão, a educação das mulheres deveria ser sempre relativa à dos homens. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.109).

Em sua obra, Wollstonecraft argumentou firmemente se utilizando de fatos e perspectivas racionais para combater o condicionamento feminino do seu tempo. A começar pela condição de subserviência imposta à mulher, a autora comparou com a opressão das pessoas escravizadas, que “abatem-se em silêncio em vez de afirmar seus direitos de nascimento” (p.77). Outro aspecto argumentado na obra é a questão do desprezo à racionalidade feminina, que estava dependente da razão masculina, sendo a mulher “criada para enxergar de modo nebuloso e aceitar as coisas em confiança” (p.78), incapaz de discernir os fatos e tomar suas próprias decisões. Além disso, a naturalização da mulher como um ser que deve atender às expectativas do belo e da frivolidade são questões evidentemente condenadas por Wollstonecraft, que confrontou a configuração social de sua época, discutindo sobre a polidez e a diferença de civilidade a que eram submetidas, e que “no apogeu do poder da beleza eram tratadas como rainhas somente para ser enganadas por um falso respeito” (p.81).

Ao contrapor as ideias de Rousseau, Mary Wollstonecraft combateu definitivamente os preceitos da aristocracia masculina que oprimia e reprimia a mulher do século XVIII, tanto a mulher burguesa quanto a mulher pobre, que era ainda mais afetada pelas condições adversas.

⁶Mãe da autora Mary Shelley, escritora, ensaísta, considerada a primeira defensora do feminismo no século XVIII. Sua obra *A vindication of the Rights of Woman* é considerada um marco na literatura universal. Disponível em: <<https://darkside.blog.br/escritora-filosofa-feminista-mary-wollstonecraft>>. Acesso em: 2 set. 2021.

Ademais, a autora criticou fortemente os estereótipos dos personagens criados por vários autores desse período, mas principalmente Rousseau pela representação do seu ideal de homem, em *Êmile*, e de mulher, em *Letters to Sophia* (1822). A limitação ao papel de esposa, dona de casa, mãe e mulher virtuosa foi repetidamente explorada nas narrativas mais importantes deste século, fato que evidenciou uma tentativa recorrente das principais autoras da época, como Mary Wollstonecraft e sua filha, Mary Shelley, de tornar público o sistema de repressão cívica, individual e político-social da mulher.

O lar era, por um lado, cada vez mais retórico, moldado como um retiro de modéstia e subserviência feminina. [...] a mulher doméstica era, primeiramente, uma boa esposa, mãe afetuosa, e uma dona de casa cuidadosa, apenas em segundo lugar, um sujeito sociável.⁷ (YLIVUORI, 2019, p.140, tradução nossa).

Portanto, no que tange à personagem Elizabeth Lavenza, em *Frankenstein, O Moderno Prometeu*, observa-se que seu perfil feminino foi construído de acordo com o estereótipo da sociedade europeia daquele período. Shelley atribuiu à Lavenza não somente característica física, como a beleza, mas também uma educação subserviente, boa reputação, modéstia e afetuosidade, elementos determinados pelos ditames morais dos principais filósofos e políticos do século XVIII. Além disso, a condição da mulher envolvia uma vigilância constante sobre sua transição nos espaços público e privado, tendo em suas atribuições domésticas suas principais interações sociais. No entanto, o homem transitava com liberdade de pensamento, posicionamento e racionalidade para sua elevação como um ser humano, mas a mulher estava fadada a transitar por um limitado labirinto social e psicológico que não a favorecia individual e socialmente. Consequentemente, a alienação feminina promovia o empoderamento do patriarcado e suas discrepâncias, principalmente as desigualdades sociais e de gêneros.

Contudo, vozes femininas, principalmente como Mary Wollstonecraft e Mary Shelley, se levantaram para confrontar tais ideias e denunciar com propriedade a condição da mulher daquela época. Embora o objetivo deste trabalho esteja voltado para a personagem Elizabeth Lavenza, por sua ligação com o protagonista Victor Frankenstein, não se pode ignorar a trajetória da personagem Justine Moritz no enredo, porque através da sua relação com Lavenza fica evidente a condição feminina tanto da classe social desfavorecida quanto da aristocracia, revelando, consideravelmente, a maior fragilidade da primeira em relação à segunda. Mas,

⁷ No texto original: “The home was, on the hand, increasingly rhetorical fashioned as the retired scene off female modesty and subservience. [...] The domestic woman was firstly a good wife, affectionate mother, and a meticulous housewife, and only secondly a sociable subject.” (YLIVUORI, 2019, p.140).

ainda assim, a condição de subalternidade e fragilidade a que estavam inseridas, revela um contexto comum às mulheres na sociedade, expondo a desigualdade e o preconceito que sofriam simplesmente por serem consideradas inferiores e dependentes da autoridade masculina.

Considerações finais

Historicamente o século XVIII foi um período de grandes revoluções na Europa e na América, eventos que proporcionaram mudanças profundas naquele período, e que reverberam até nossos dias. O Iluminismo, como um movimento de grandes evoluções científicas, políticas e sociais, permitiu ao homem vislumbrar novas perspectivas e desafios que até então não eram possíveis, principalmente por causa da influência da Igreja Católica. Assim, ao colocar-se no centro do poder do conhecimento, o homem passou a determinar novas diretrizes morais, sociais e políticas para si. No entanto, ao considerar a condição da mulher nesse período, é notório que não foi possível oferecer as mesmas condições para o desenvolvimento do papel feminino, o que desencadeou uma das grandes desigualdades do século XVIII, a de gêneros, além da desigualdade social que atingia toda a Europa, mais especificamente na Inglaterra, devido ao contexto industrial.

Desse modo, os principais intelectuais da época, principalmente Edmund Burke, na Inglaterra e Jean Jacques Rousseau, na França, atribuíram à mulher uma condição de submissão, fragilidade e irracionalidade que seria aceitável como um padrão social feminino. Tais atribuições não permitiam que a mulher tomasse suas próprias decisões, não tivesse direito à uma educação igualitária, não pudesse participar de atividades políticas da sociedade e, incontestavelmente, a colocava numa posição de subalternidade em relação ao homem, sendo considerada um ser secundário, tanto na família quanto na sociedade. Assim, a conduta da mulher deveria responder às expectativas masculinas, bem como seu padrão de beleza física, pois, desse modo, poderia acessar os mais variados ambientes e posições da sociedade. A questão da polidez feminina tornou-se um método avaliador para a ascensão social, nos âmbitos público e privado.

Nesse contexto, especificamente na literatura romântica, Mary Shelley, autora da obra *Frankenstein, O Moderno Prometeu*, trouxe à luz a realidade da condição feminina de seu tempo. Em sua obra, as mulheres assumem uma dinâmica secundária e dispensável, como eram vistas na sociedade, principalmente através das mortes dessas personagens. Assim, Elizabeth Lavenza performa na narrativa aquilo que cabia socialmente à mulher da época: a responsável pelo bem-estar familiar, que abdicava do amor-próprio em prol da satisfação de seu par. Além

disso, sua morte tornou-se um mote para a maior visibilidade e desenvolvimento dos protagonistas Victor Frankenstein e sua criatura na história.

Ademais, é importante ressaltar a enorme contribuição de Mary Wollstonecraft, com a publicação de sua obra *The Vindication of the Rights of Woman* nesse período histórico, que abriu debates essenciais para a transformação da condição feminina até os dias de hoje. Uma obra que, a seu tempo, permitiu confrontos ideológicos com os intelectuais mais influentes da Inglaterra e da França, na tentativa de quebrar paradigmas que delimitavam o papel feminino e promoviam sua alienação como indivíduo. Além disso, a questão da valorização da racionalidade feminina vista como uma necessidade para uma sobrevivência digna e justa, a partir do direito à uma educação igualitária e ampla, em todos os sentidos, assim como a educação masculina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITEMPO, Blog da. **Mary Wollstonecraft e as origens do feminismo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/27/mary-wollstonecraft-e-as-origens-do-feminismo/>>. Acesso em: 2 set. 2021.

BURKE, Edmund. **Ebiografia**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/edmund_burke>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MUNDO, História do. Revolução Francesa. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-francesa.html>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PAIVA, Wilson Alves de. **A questão da mulher em Rousseau e as críticas de Mary Wollstonecraft**. ETIC@, Florianópolis, Volume 18, n.3, p.357-380, dez 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1677-2954.2019v18n3p357>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ebiografia**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/jean_jacques_rousseau/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SACRAMENTO: Rita de Cássia Silva; FELIX, José Carlos. **E a noiva de Frankenstein?** Reflexões sobre a (Des) Importância. Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_tfc_literatura/vozes_insolitas.pdf#page=69>.

Acesso em: 12 ago. 2021.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein, O Moderno Prometeu**. São Paulo: Editora LandMark, 2017.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. **Edmund Burke e a Gênese do Conservadorismo**. Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Serviço Social. Revista nº126, p. 360-377. maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.073>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

YLIVUORI, Soile. **Women and politeness in eighteenth-century: bodies, identity and power**. New York: Routledge, 2019.